



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 19 de fevereiro de 2025

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na terça-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na terça-feira	Últimos	Comercial, venda na terça-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,02% São Paulo	124.389	R\$ 5,689 (-0,41%)	R\$ 1.518	R\$ 5,942	13,15%	13,39%	Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53 Novembro/2024 0,39 Dezembro/2024 0,52 Janeiro/2025 0,16
0,02% Nova York	128.531	12/fevereiro 5,763 13/fevereiro 5,763 14/fevereiro 5,696 17/fevereiro 5,712					

## OURO NEGRO

A decisão do país de aderir ao fórum de discussão da Opep+ vem na esteira da pressão sobre o Ibama para exploração na Margem Equatorial. Entidades veem associação ao grupo como "retrocesso" para agenda de transição energética

# Brasil vai opinar no cartel do petróleo

» RAFAELA GONÇALVES

Tauan Alencar/MME



O Brasil aderiu à Carta de Cooperação entre Países Produtores de Petróleo (CoC), um fórum de discussão ligado à Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep) e aliados, conhecido como Opep+. A decisão foi tomada durante a reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), ontem, e anunciada pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

O país deve entrar no grupo como um observador, cooperando para as decisões, mas sem participar do sistema de cotas de produção. "A Carta também não limita ou afeta o direito do Brasil à soberania sobre a exploração e gestão de seus recursos naturais. Nesse contexto, o país poderá continuar desenvolvendo sua política energética de acordo com seus próprios interesses", destacou a pasta, em comunicado.

Além do fórum de produtores de petróleo, o governo anunciou o início do processo de adesão do Brasil à Agência Internacional de Energia (IEA, em inglês) e à Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA, em inglês).

Em conversa com jornalistas, após a reunião, Silveira voltou a destacar a potência energética do país. "A transição e a segurança energética são caminhos complementares. Essa decisão permite que o Brasil desempenhe um papel ativo em um momento de grandes transformações no setor de energia, fortalecendo seu diálogo com organizações internacionais que lideram o debate global sobre temas fundamentais", defendeu.

De acordo com a pasta, a participação nesses fóruns também está alinhada ao Plano Nacional de Energia 2050, que prevê o desenvolvimento sustentável das energias renováveis em paralelo à exploração dos recursos fósseis. "O Brasil utilizará a presença nesses organismos para impulsionar práticas sustentáveis, tecnologias de baixo carbono e mecanismos de financiamento da transição energética, em consonância

Adesão à OPEP+ foi aprovada ontem, na reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

com a descarbonização, estabelecida na segunda versão da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC na sigla em inglês) brasileira", diz o comunicado.

### Cartel

Criada em 1960, a Opep reúne 13 grandes produtores de petróleo: Arábia Saudita, Irã, Kuwait, Venezuela, Iraque, Argélia, Equador, Gabão, Indonésia, Líbia, Nigéria, Catar e Emirados Árabes Unidos. O grupo é visto como o maior cartel de petróleo do mundo e entidade fundamental para definir os rumos do preço da commodity.

O Brasil foi convidado, em 2023, para integrar a Opep+, que inclui grandes produtores e exportadores de petróleo. Esses não fazem parte, oficialmente, do cartel, mas colaboram em políticas internacionais de petróleo e participam da mediação entre membros e não membros.

São mais de 20 nações, entre elas Azerbaijão, Bahrein, Malásia, México e Rússia. Com produção de 3,672 milhões de barris de petróleo por dia, o Brasil é o nono maior produtor de petróleo do mundo e o primeiro da América Latina.

### Retrocesso

A associação do Brasil com o aumento da produção de combustíveis fósseis foi fortemente criticada por organizações ambientais. "É apenas uma carta e fórum de discussão de estratégias dos países produtores de petróleo. Não devemos nos envergonhar de sermos produtores de petróleo", minimizou Silveira.

Em 2023, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, chegou a dizer que não via a eventual participação do Brasil no grupo, na condição de observador, como algo contraditório. "É exatamente para

levar ao debate que precisa ser enfrentado no âmbito daqueles espaços que são os grandes produtores de combustível fóssil, que é o grande responsável pelo aquecimento do planeta", afirmou, na ocasião, durante a 28ª Conferência do Clima da ONU, em Dubai.

Para a coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima, Suely Araújo, a adesão do país a qualquer instância da Opep é "mais um sinal de retrocesso do governo". "Continuar a abrir novas áreas de exploração de fósseis em meio ao calor que estamos sentindo, ao aumento de eventos extremos em toda parte do planeta, denota negacionismo e indica que escolhemos soluções do passado frente a um enorme desafio do presente e do futuro", disse.

Em nota, a organização não-governamental (ONG) WWF-Brasil, que atua em defesa do meio ambiente em todo o país, criticou

a posição do governo e lembrou que poucos países no mundo estão tão bem posicionados para a transição para energias renováveis como o Brasil. "Com a decisão de 'explorar petróleo até a última gota', como declarado pelo ministro no ano passado, o país está abrindo mão de ser um líder da nova economia descarbonizada que o colapso climático exige de todas as nações", enfatizou.

Para a organização, a opção pelo petróleo retém o país em uma matriz e em tecnologias obsoletas "que, nas próximas décadas, nos colocarão dependentes das nações que efetivamente desenvolveram tecnologias para exploração de energias limpas". "Ao alinhar-se ao cartel dos produtores de energias fósseis, o Brasil dá um tiro no pé da nossa agropecuária, que ano após ano tem sido castigada pelos eventos extremos causados pela queima de petróleo, gás e carvão."

## Críticas ao "atraso" do Ibama

A decisão brasileira de entrar para a Opep+ foi aprovada em meio à preparação do país para receber a Conferência das Nações Unidas para o Clima (COP30) em Belém (PA), e vem na esteira da tentativa do governo de avançar na exploração de petróleo na região da Margem Equatorial, na bacia da Foz do Amazonas.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem exercendo pressão sobre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para liberar a exploração na sensível região. Ontem, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, voltou a defender a exploração na região amazônica.

### Absurdo

Ele criticou o Ibama pelo "atraso" em aprovar a pesquisa. "Não pode falar que não vai fazer ou que vai enrolar", disse o ministro em coletiva de imprensa após reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). "É um absurdo sentar na mesa com o Ibama, e ele não apontar o que falta, porque a Petrobras entregou tudo o que foi pedido. Se há uma decisão de não fazer, é eles que têm que se explicar", cobrou.

Silveira reforçou que o governo Lula nunca defendeu que o instituto deixe de atender a legislação ambiental. "Não explorar ou não conhecer, no mínimo, é uma insanidade, é uma questão ideológica. É direito dos brasileiros e brasileiras conhecerem as nossas potencialidades minerais, é estratégico conhecer os potenciais, tanto de minerais críticos, quanto de minério de ferro, quanto de petróleo, gás, e as outras fontes", defendeu. O ministro salientou que o país deve buscar "todas as fontes de gás ambientalmente corretas". (RG)

## Ampliação do biodiesel terá de esperar

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) manteve a mistura do biodiesel ao diesel fóssil em 14%. A decisão adia o cronograma de aumento da mistura, que estava programada para subir para 15% a partir do dia 1º de março. A preocupação do governo com a alta do preço dos alimentos foi o que norteou a decisão.

O biodiesel é um combustível renovável mais sustentável, ao contrário do diesel, que é derivado de petróleo. No entanto, também é mais caro. Assim, na avaliação do colegiado, um aumento da parcela na mistura poderia pressionar o valor dos combustíveis e, consequentemente, dos alimentos.

"O governo do presidente Lula tem uma grande prioridade, é alimentar as pessoas de forma justa e cuidar do preço dos alimentos. Essa é uma prioridade do presidente Lula", disse o ministro de Minas e Energia, Alexandre

Silveira, ao justificar a decisão.

"Considerando a necessidade de buscarmos todos os mecanismos para que o preço seja mais barato na gôndola do supermercado, mantemos a mistura em B14 (Biodiesel 14%) até que tenhamos resultados no preço dos alimentos da população, já que boa parte da produção do biodiesel vem da soja", disse o chefe da pasta, que reforçou que o percentual da mistura será mantido até posterior deliberação. "Sempre dissemos que o aumento do biodiesel na bomba estaria atrelado a questões de preços", apontou.

A lei do Combustível do Futuro, sancionada em outubro de 2024, estabelece que a adição de biodiesel é uma política nacional e que a parcela deve variar entre 13% e 25%, com aumento gradual do percentual ao longo dos anos. A definição da mistura

é de responsabilidade do CNPE.

De acordo com a Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio), o adiamento por tempo incerto da adoção da mistura de 15% do biodiesel ao diesel compromete investimentos e a previsibilidade para toda a cadeia. "Parecia inconcebível ter uma quebra de compromisso estabelecidos pelo país nesse processo de transição energética a partir da aprovação do Combustível do Futuro, mas uma visão equivocada do impacto da evolução da mistura de biodiesel na inflação vai comprometer o desempenho em toda a cadeia produtiva, colocando em risco altos volumes de investimentos anunciados", disse Francisco Turra, presidente do Conselho de Administração da associação.

O setor destacou, ainda, que o valor do biodiesel está em queda

em virtude da redução do valor do óleo de soja e da recente desvalorização do dólar. "Não é possível afetar toda uma cadeia produtiva com 15 dias antes da decisão esperada de aumento de mistura. As empresas empenharam seus compromissos com aquisição de matéria-prima e prepararam a estrutura produtiva para uma ampliação de oferta em cerca de 7%, que, de uma hora para outra, é cancelada", criticou Turra.

### Compromisso em xeque

Apesar da motivação da manutenção, o congelamento da mistura é alvo de críticas por parte da Frente Parlamentar do Biodiesel (FPBio). Para o deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS), a medida "coloca em dúvida o real compromisso do Executivo com a agenda verde e a transição

Divulgação/MME



A elevação da mistura do biodiesel ao diesel estava prevista para 1º de março

energética". "O aumento da mistura para 15% em março resultaria em um aumento de apenas R\$ 0,01 nas bombas", alegou.

"Os aumentos de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço) e do petróleo importado, por exemplo, são de R\$ 0,22. Nenhum desses efeitos,

contudo, foram levados em conta", ponderou Moreira. "O setor do biodiesel, por meio da FPBio, acredita que o CNPE abre um precedente muito grave de insegurança jurídica e econômica para um segmento que sempre contribuiu com o país", complementou o deputado. (RG)